



“Não podemos deixar ela cair”: memória, resistência e disputas em torno da Igreja de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, Mariana/MG¹

Maryellen Milena de Lima (GESTA/UFMG, Minas Gerais)

Palavras-chave: memória, resistência, disputa, igreja.

Introdução

O rompimento da barragem de Fundão², em novembro de 2015, provocou danos incomensuráveis ao longo do Rio Doce, como a destruição de territórios enquanto base da reprodução social, cultural e econômica de comunidades tradicionais e camponesas (Zhourri et al, 2016). A maioria das famílias que foram desterritorializadas dos seus locais de moradia está vivendo na sede urbana de Mariana. Essa é a situação vivenciada pelos moradores³ da comunidade de Paracatu de Baixo, que tiveram suas casas e as estruturas existentes na porção mais baixa do território completamente destruídas pela avalanche de rejeitos minerários. A *vida provisória* (Lima, 2018) é marcada pela luta para recomposição dos territórios, recursos, estratégias e projetos. Além disso, em concomitância ao enfrentamento de um processo institucionalizado, burocratizado e disciplinador, que os obriga a lutarem por um novo lugar, os atingidos lidam com o descaso relacionado à conservação e à manutenção das edificações que não cederam após o rompimento da barragem e que permanecem representando espaços importantes para encontros e compartilhamentos entre vizinhos e parentes, como é o caso da Igreja Santo Antônio – tombada em nível municipal conforme deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), em 2016.

As igrejas são fundamentais para a sociabilidade das comunidades rurais, pois é comum a realização de celebrações religiosas, as festas e até os velórios. Essa é uma dinâmica perceptível também na comunidade de Paracatu de Baixo, conforme a fala

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Estrutura do Complexo Minerário Alegria, de propriedade da mineradora Samarco, que tem o capital controlado pelas corporações Vale e BHP Billiton. Os rejeitos minerários percorreram cerca de 800 km entre os estados de Minas Gerais e o Espírito Santo, chegando à ilha de Abrolhos, localizada no sul do litoral da Bahia, o que provocou danos socioambientais incomensuráveis e a morte de 20 pessoas.

³ Com a exceção de alguns moradores que se recusaram a deixar suas casas remanescentes e os animais.



dessa moradora: *“além de ser nossa igreja, a única que temos, a utilizamos em várias ocasiões, como velórios, festas, entre outras coisas. Para tudo o que aconteceu em nossa comunidade, a igreja serve como ponto de apoio. É o lugar que nós usamos para tudo”* (Maria Geralda, moradora de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene, 2021). Dessa forma, a preservação da igreja de Santo Antônio representa a manutenção da memória, dos afetos, da identidade e do cotidiano anteriormente compartilhado. Após o rompimento da barragem, a igreja de Santo Antônio foi atingida pela lama de rejeitos, mas a sua estrutura foi preservada em pé. A marca da lama presente na igreja retrata as “marcas de um desastre em curso” (Oliveira, 2019). Com isso, é comum a defesa pela permanência da marca da lama na igreja, conforme destacado na fala de uma moradora: *“A comunidade não quer que mexe [marca da lama do lado de fora da igreja]. Ela vai ficar do jeito que tá ali fora, vai ficar marcada. A gente não vai deixar não.”* (M.G, março de 2017).



Figura 1. Igreja de Santo Antônio, Paracatu de Baixo. Foto: Acervo Gesta, 2018.

Segundo Little (2002), um dos elementos fundamentais encontrados nos territórios sociais são os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos tradicionais mantêm com seus respectivos ambientes. Com isso, a desterritorialização repentina não representou, para grande parte dos moradores da comunidade de Paracatu de Baixo, o afastamento completo em relação ao local de origem, pelo contrário, novas dinâmicas de reterritorialização parecem emergir, embora constrangidas pelas condições colocadas pela realocação da comunidade e pelo próprio processo de reparação. Nesse



quadro, os significados atribuídos pelos moradores acerca do território de Paracatu de Baixo correlacionam história, memória e identidade. Nesse horizonte, a religiosidade constitui outra forma de resistência e ressignificação dos territórios. O *Direito de Volta* se dá, em especial, através das celebrações e festas religiosas tradicionais nas respectivas localidades e que reafirmam sua identidade e pertencimento aos lugares afetados pela lama (Lima, 2018). Nos momentos de celebrações religiosas nas localidades de origem, fica evidente que, embora estejam vivendo em um contexto de desastre, tais relações prevalecem. A territorialidade é restabelecida, porém com novos significados. Segundo Barbosa (2018), mais do que a busca pela manutenção da tradição, as festas realizadas no território afetado simbolizam o momento em que os sujeitos reafirmam sua identidade, em um espaço que é, de fato, da comunidade e as manifestações são conduzidas pelos comunitários (p. 35). Dessa forma,

a manutenção das práticas socioculturais das comunidades, e consequentemente dos vínculos intercomunitários, exige ações de preservação, especialmente, dos espaços de uso coletivo destes territórios de origem, a exemplo de estradas, ruas, praças, adros, igrejas, cemitérios, cursos e quedas d'água, dentre outros (Cáritas e CABF, 2020, p. 9).

Antes do rompimento da barragem, era comum que os próprios moradores realizassem o cuidado e a manutenção da igreja da comunidade, *até uma telha que quebrava no telhado era a comunidade que arrumava* (M., coordenadora da igreja de Santo Antônio, reunião de GT Paracatu de Baixo, maio de 2023). Entretanto, os atingidos foram excluídos do processo de elaboração do projeto da nova Igreja de Santo Antônio que está sendo construída no reassentamento da comunidade. Fato que provocou bastante inquietação e reivindicação para que a comunidade pudesse participar do processo de construção de algo que representasse a fé, o cuidado e a partilha entre o grupo, além da importância da formação da identificação com o novo lugar coletivo. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a exclusão da comunidade no processo de elaboração do projeto arquitetônico da nova igreja de Santo Antônio, as repercussões geradas entre os moradores e as implicações para as práticas tradicionais dos festejos.



As reflexões compartilhadas neste trabalho fazem parte da interação da pesquisadora com o caso há mais de oito anos e é resultado dos projetos⁴ de pesquisa e extensão conduzidos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG). A metodologia de investigação empregada foi baseada na observação participante, através do acompanhamento etnográfico das festas e celebrações religiosas, além dos espaços de negociações que compõe o processo de reparação. A análise de documentos produzidos pelas instituições envolvidas no âmbito da reparação e o acionamento de reportagens disponíveis nas mídias eletrônicas também compuseram o desenvolvimento das análises.

Para facilitar a compreensão do leitor e a fluidez da escrita, o texto foi dividido em três seções. A primeira seção busca trazer elementos relacionados à relação dos moradores com a Igreja de Santo Antônio, localizada no território de origem, antes do rompimento da barragem. A segunda seção é dedicada à reflexão sobre o processo de reterritorialização a partir da realização das festas tradicionais e o surgimento de uma “*nova gramática da resistência*” (ZHOURI, 2019). Pretende-se discutir na terceira e última seção a disputa relacionada ao processo de elaboração do projeto arquitetônico da nova igreja no reassentamento.

Igreja de Santo Antônio da Paracatu de origem

A igreja de Santo Antônio faz parte da Paróquia de São Caetano, localizada no distrito de Monsenhor Horta, ambas vinculadas à Arquidiocese de Mariana. Situada no centro da Praça Santo Antônio, a igreja, que também possui o nome do padroeiro da comunidade, se encontra às margens do rio Gualaxo do Norte e possuía dois bancos à frente que faziam parte dos lugares de interação dos moradores, conforme destacado na fala de uma moradora: “*No centro a gente tinha a igreja e lá de frente à igreja, a gente tinha um banco e a gente sentava lá à tarde pra tomar ar fresco*” (Maria Geralda, moradora de Paracatu de Baixo, Boletim, 2018).

⁴ Um agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo APQ01598-16, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 404990/2016-9, pelo apoio que tornou possível este trabalho.



No relatório⁵ produzido pelo historiador Lima (2017), foi registrado que a primeira capela construída no território era dedicada ao São Francisco Xavier, isto no início do século XIX quando o povoado foi identificado como Teixeira. No entanto, Santo Antônio passou a ser o santo a quem é dedicada a localidade de Paracatu. Nesse mesmo relatório é apontado que não se sabe quando e o motivo pelo qual Santo Antônio passou a ocupar o lugar de principal adoração do povoado, a hipótese é que em torno de São Francisco Xavier não foi constituída uma rede devocional expressiva em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Ao compartilhar, durante a entrevista, a história de formação do povoado de Paracatu de Baixo, A. (moradora de Paracatu de Baixo) destacou a figura do Padre João Paracatu, que era um rico fazendeiro que doou parte de suas terras para Santo Antônio em decorrência de uma promessa realizada ao santo. Segundo a moradora:

Ele [Padre João Paracatu] tinha, assim, as terras envolta ali da igreja, eram todas dele. Aconteceu um determinado fato na vida dele, que [...] ele fez uma promessa pra Santo Antônio, se ele alcançasse determinada graça, ele doaria aquelas terras em volta para Santo Antônio. Tanto é que, na comunidade, eles tinham muito a expressão: “*a terra era do Santo*”, onde foi feita a igreja, era de Santo Antônio (A. moradora de Paracatu de Baixo, março de 2022).

Na narrativa de A. é destacada a figura do Padre João Paracatu, que doou suas terras para Santo Antônio (atual padroeiro da comunidade de Paracatu de Baixo) e posteriormente para seus trabalhadores. Em seus trabalhos acerca das modalidades de uso comum da terra, Almeida (2009) conceitua como “terras de santo” se referindo a domínios territoriais pertencentes à Igreja e que foram desagregados onde passaram a prevalecer formas de uso comum. A expressão trazida por A., *a terra era do Santo*, possibilita a reflexão de que o santo padroeiro da comunidade é visto pelos moradores como sendo o proprietário legítimo dessa porção de terra doada e/ou posseda pelos antigos trabalhadores da fazenda.

⁵ O relatório histográfico produzido pelo historiador Kleverton Teodoro de Lima faz parte do trabalho: Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão, realizado pela consultoria Pólen. Neste trabalho foram reunidas diferentes áreas do conhecimento para a produção de um diagnóstico mais robusto acerca dos bens culturais presentes no território atingido em Mariana.



A história contada pela moradora faz parte do que Pollak (1992) conceitua como “memória herdada”. Segundo Pollak (1992) a memória é, em parte, herdada, ou seja, não se refere exclusivamente à vida individual. Nesse sentido, a memória herdada (Pollak, 1992) é compartilhada entre gerações e é a partir disto que A. reproduziu a história que sua sogra contava sobre o processo de ocupação de Paracatu, tendo como a questão central a religiosidade que está intrinsecamente atrelada ao processo de formação do povoado.

A atual igreja de Santo Antônio foi erguida em 1990 (Marques et al, 2020). Segundo relatos dos moradores, anteriormente existia outra capela no mesmo local. A igreja foi reerguida com a ajuda da própria comunidade, que se organizaram para arrecadar fundos e realizar o trabalho de construção através da mão-de-obra local.

Porque ela [Igreja de Santo Antônio] era uma igreja normal igual à da Casa de São Vicente. No decorrer do tempo, foi aumentando até chegar no ponto que chegou. E a nossa igreja foi passada por uma ótima reforma. Bem antes da lama. Tinha até material encostado dentro dela ainda... Que tem um menino que trabalhava numa companhia aí. Ele ganhou um presente pra comunidade. [...] Aí, a gente colocou cerâmica. Eu tô falando cerâmica, mas tem um nome diferente, colocou barrado lá na igreja, colocou piso... É uma qualidade de piso melhor. Foi coberto o coro todo. A igreja foi pintada. Foi trocada de janela. A igreja tava maravilhosa! Mas, ainda não tinha terminado. Tinha muita coisa pra fazer. Tinha o altar que precisava passar por uma reforma pra ele manter o mesmo original... só que não deu tempo... porque a lama veio e destruiu tudo... E além de tudo, tinha muito material dentro da igreja e que foi tudo embora. Tudo comprado com o dinheiro da própria igreja e também com a ajuda do menino. Aí, juntou a comunidade, juntou todo mundo... esse trabalho era feito de sábado e de domingo. Todo mundo ia lá. Quem sabia e mexia com negócio de pedreiro, quem podia ajudar de servente, outro ia pra carregar uma água, outro ia pra buscar o tijolo [...]. Então, tava maravilhoso! Nossa igreja tava linda! (Maria Geralda, coordenadora da igreja, Boletim, 2019).

Como descrito na fala da moradora, eram os próprios comunitários que zelavam e realizavam as manutenções necessárias na igreja, o que inclui as reformas. Além disso, é comum que nas festas religiosas fossem arrecadados fundos para reformas e manutenção do lugar, e a mão-de-obra vinha da própria comunidade.

De acordo com Marques et al (2020), o templo em Paracatu de Baixo “exercia papel central na comunidade enquanto local de interações sociais, seguindo a tradição



portuguesa de inscrever sua religiosidade na organização espacial dos territórios” (p. 3). A análise trazida pelos autores pode ser percebida no relato da moradora A.: *“E a igreja também era um ponto de encontro muito forte, porque a maioria das realizações da comunidade era religiosa. Então a gente sempre se encontrava, pra missa ou então pra festas, a comunidade sempre foi muito festeira”* (oficina de Cartografia Social, fevereiro de 2017). Dessa forma, o espaço da igreja se convergia em um lugar fundamental para a socialização da comunidade, pois através da religiosidade os moradores se reuniam e compartilhavam sentidos comuns, o que propiciou o fortalecimento dos laços e das relações comunitárias.

O calendário religioso da comunidade perpassa pela Festa do Padroeiro Santo Antônio e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, além da Festa do Menino Jesus que envolve a tradicional Folia de Reis. Todas as celebrações eram realizadas na igreja de Santo Antônio. Dessa forma, conforme destacado por Marques et al (2020), o espaço só tem sentido pelos fatos sociais que o sucedem, além das memórias e dos acontecimentos produzidos ali através *“da união, da cultura, da história, da crença, dos festejos realizados pelas pessoas que vivenciaram ou vivenciam aquele espaço* (Menezes, apud Marques et al, 2020, p. 10).

Além disso, é importante destacar que as celebrações e festas religiosas envolviam também as comunidades do entorno, como por exemplo, a tradicional carreata de Nossa Senhora Aparecida, em outubro. *“A carreata saía com duas imagens de Nossa Senhora Aparecida, aí ela saía daqui e ia à Pedras, Águas Claras, Cláudio Manoel, tinha vez que ia em Monsenhor Horta, tinha vez que não”* (Izolina, Boletim, 2019). Dessa forma, através das festividades são colocados em ação os circuitos de reciprocidade entre os moradores de Paracatu de Baixo e as comunidades do entorno (Lima, 2018).

A igreja foi construída no centro da comunidade e às margens do rio Gualaxo, onde ao longo da história de ocupação do território brasileiro, *“o caminho das águas também foi o caminho do povoamento do interior”* (Galizoni, 2021, p. 19). Nesse sentido, percebe-se que a igreja de Santo Antônio ocupa um papel central para a manutenção das relações sociais entre os comunitários de Paracatu de Baixo e as comunidades do entorno. A relação da comunidade com a igreja é atravessada por



significados como a religiosidade, crenças, coletividade, cultura e história. Após o rompimento da barragem, é possível também atribuir significados como memória, pertencimento e resistência. Como destacam os relatos, os esforços para manter as festas e celebrações religiosas constituem uma forma de *não deixar morrer* o lugar a partir da persistência do seu povo. “De alguma forma as *festas* e a *igreja* estão no cerne do que conferia identidade e sentimento de *comunidade a Paracatu*” (Pereira, 2019, p. 123). Portanto, percebe-se que, para além das questões religiosas, a igreja que era um lugar de socialização da comunidade, passou também a ser um dos principais espaços de encontro dos amigos, parentes e vizinhos.

Apesar da lama, o território vive!

Com o deslocamento compulsório e a ruptura da convivência comunitária experimentada em Paracatu de Baixo, inicialmente, os atingidos tiveram dificuldades para o acesso ao território e às estruturas remanescentes. Eram recorrentes os relatos entristecidos sobre falecimentos de entes queridos que não puderam ser velados na igreja da comunidade. A realização das festas e celebrações contidas no calendário religioso da comunidade também foi prejudicada. Segundo Barbosa (2018), a abertura da igreja de Santo Antônio para a festa do santo padroeiro, em junho de 2017, não foi autorizada pela Defesa Civil Municipal, pois alegavam questões de segurança. Dessa forma, Barbosa (2018) descreveu: “*Começa a celebração. Era nítida a tristeza no olhar dos atingidos. Não fazer a missa de Santo Antônio na igreja do padroeiro, evidenciava outra mudança na festa que, nesse caso, fugia do controle do grupo*” (p. 48). A celebração da missa aconteceu na quadra de Paracatu. Foram meses de luta para a abertura da igreja e, assim, a realização das celebrações e velórios. É importante salientar que, para a maioria das pessoas, o *direito de voltar* ao território atingido se deu através das festas religiosas, o que foi importante para o reencontro entre amigos e vizinhos, além de possibilitar a reafirmação da identidade e do pertencimento enquanto membros da comunidade de Paracatu de Baixo (Lima, 2018; Barbosa, 2018; Pereira, 2019).

Ao longo do tempo, as lideranças também foram conquistando um pouco mais de autonomia para gerir as próprias festas tradicionais. Isso porque, era recorrente o



protagonismo da Fundação Renova na condução das festas religiosas como estratégia de marketing da reparação. A Fundação Renova é responsável pelo processo de reparação dos danos sociais e ambientais associados ao desastre em toda a bacia do rio Doce. Desde o início, a campanha publicitária realizada pela Fundação Renova é veiculada em suas redes de forma vangloriosa ao apresentar o seu desempenho no processo de reparação dos danos. Entretanto, as informações negativas não aparecem nas propagandas, “revelando que sua perspectiva não abrange os atingidos e suas necessidades, mas tão somente o interesse das empresas causadoras do dano em realizar o marketing social da reparação” (ACP, p. 30, 2021). Dessa forma, o público-alvo das inserções midiáticas da Fundação são justamente os investidores e a sociedade em geral (ibidem, 2021).

Deslocados de seus locais de morada, a Casa de Saberes⁶ foi um espaço alugado pela Fundação para que os atingidos de Paracatu de Baixo e de Bento Rodrigues⁷ dividissem e realizassem festas e celebrações menores. Essa situação foi agravada em razão das igrejas da sede de Mariana (local que a maioria da população foi realocada) já possuírem seus próprios calendários de celebrações, o que restringia a realização das festividades organizadas pelas comunidades deslocadas da zona rural do município em decorrência do rompimento da barragem.

Os esforços pela preservação das festas, missas e peregrinações religiosas tem como propósito, como os comunitários dizem: “a manutenção da tradição”. Entretanto, em meio ao enfrentamento de um processo institucionalizado, burocratizado e disciplinador, que restringe as possibilidades de reivindicação dos sujeitos a partir dos seus próprios termos (Zucarelli, 2018), “a festa, por sua vez, simboliza um momento em que esses sujeitos reafirmam sua identidade, num espaço que é de fato da comunidade, onde as manifestações são conduzidas estritamente por eles” (Barbosa, 2018, p. 35). Dessa forma, Zhouiri (2019) analisa que tais práticas podem ser compreendidas como parte de uma “nova gramática da resistência”, ou seja, “ao atualizarem elementos da tradicionalidade, como as celebrações próprias do catolicismo popular, colocam-se [os

⁶ Espaço localizado na sede urbana de Mariana.

⁷ Devido à proximidade, foi o primeiro território destruído pela lama proveniente do rompimento da barragem de Fundão.



atingidos] de forma autônoma e além dos modelos convencionais e burocratizados de atuação política sob disciplinamento do Estado e do mercado” (p.53).

Essa *nova gramática da resistência* perpassa pelos elementos da tradicionalidade, como as festas religiosas e a Folia de Reis. Entretanto, a lida com o novo contexto dificulta o trabalho na organização das festas e acaba gerando dependência da Fundação Renova. Essa dinâmica pode ser observada na manutenção das estruturas resistentes, como a Igreja de Santo Antônio, e no transporte dos moradores que estão localizados na sede urbana de Mariana até Paracatu de Baixo. Desde o rompimento da barragem, a comunidade de Paracatu de Baixo depende da logística da Fundação Renova para os cuidados de manutenção da Igreja de Santo Antônio. A falta de reparos e ações de manutenção no local é denunciada, frequentemente, por alguns moradores, o que também dificulta o acesso para as celebrações e a realização dos velórios. Além da grama alta e a falta de limpeza, os atingidos precisam lidar também com a falta de luz (Jornal A Sirene, 2021). Situações que entristecem a comunidade, conforme a fala dessa moradora:

O descaso da Fundação Renova com nossa comunidade é impressionante. Acredito que todos da comunidade têm, de uma certa forma, um carinho pela nossa igreja, já que foi umas das poucas coisas que restaram. Ver nossa comunidade abandonada dói, é humilhante. Ter que limpar a igreja em uma manhã antes de um sepultamento é revoltante. Além da dor das pessoas de ter que se despedir de um ente querido, ter que preocupar onde levar, se pode levar... Recentemente tivemos um velório em nossa comunidade e, mais uma vez, tivemos que juntar uma turma lá antes do sepultamento e limpar a igreja, pois estava tomada de mato, sendo que a Fundação Renova já tinha sido avisada há semanas atrás que a igreja estava suja. Não foi a primeira vez que tivemos que limpar a igreja às pressas, já teve caso de ter que colocar luz na igreja, pois o corpo chegou e a igreja estava sem energia. (Maria Geralda, moradora de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene, fevereiro de 2021).

Com efeito, conforme o relato reproduzido acima: *não foi à primeira vez que tivemos que limpar a igreja às pressas*, houve situação em que um grupo de moradores se juntou para retirar a água esverdeada que se formou em frente à igreja de Paracatu de Baixo. Essa ação foi motivada pelo extenso tempo de espera de providências vindas através da Fundação Renova (Jornal A Sirene, 2018).



Figura 2. Água esverdeada entre a igreja e a quadra,
Foto: Silmara Filgueiras. Fonte: Jornal A Sirene, abril de 2018.

No entanto, em meio às dificuldades, as conexões com o território são restabelecidas e revigoradas. O território revive através das festas, das comemorações, das estadias aos finais de semanas, da permanência de alguns poucos moradores⁸, etc. Isso é possível porque o território é um produto histórico, que passa por um processo de (re)construção e possui dois conteúdos diferentes: a ligação a lugares precisos e os princípios de organização (Godoi, 2014). De acordo com Little (2002), a territorialidade é definida como um esforço coletivo de “um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*” (p. 3). Dessa forma, o território surge justamente devido às condutas de territorialidade de um grupo social, e isso inclui a reconexão com “Paracatu de origem”, como chamam os atingidos, no processo sociopolítico no contexto da reparação.

A desterritorialização repentina é então acompanhada pelos esforços de reterritorialização que transmite o desejo pela continuidade de certas práticas na antiga localidade de Paracatu de Baixo. Mesmo que o convívio cotidiano tenha sido interrompido, festejar no território é uma forma de manter a tradição. Dessa forma, uma moradora refletiu que “*todo mundo fica com medo de perder a tradição, mas ela não se*

⁸ Um grupo pequeno de moradores que se recusaram a deixar suas casas remanescentes e os animais.



perde, porque é só juntar. Quando as pessoas se juntam, aí tudo volta, volta o sentimento de comunidade, de pertencimento” (Angélica, moradora de Paracatu de Baixo, *Jornal A Sirene*, 2023). Ao longo dos anos, a comunidade foi readaptando os festejos de acordo com a atual situação. Os esforços em manter a tradição constituem em um processo de luta para fazer acontecer ou emergir o próprio sentido de comunidade, vinculado agora não apenas ao pertencimento dentro de uma ampla rede de sociabilidade local, mas também à relação com os protagonistas da reparação que transformam qualquer ação coletiva em uma contínua dinâmica reivindicativa, em que o processo de mobilização de recursos e pessoas parece intensificado. Esse foi o caso da Festa do Menino Jesus, realizada em setembro de 2023. Maria Geralda desabafou ao *Jornal A Sirene* (2023) que *“antes era um trabalho, mas, depois do rompimento, a Festa do Menino Jesus passou a ser uma luta”*. A luta da comunidade para fazer a festa acontecer perpassa pela mobilização dos moradores que se encontram espalhados por Mariana. Além da dependência da Fundação Renova para a disponibilização do transporte para o deslocamento das famílias para Paracatu de Baixo, as dificuldades no deslocamento dos instrumentos, a mobilização dos moradores e grupos culturais das comunidades do entorno, entre outros aspectos. *“É muito difícil, é muita luta e, se fosse olhar a luta que tem, a gente já teria desistido”* (Maria Geralda, moradora e coordenadora da igreja, *Jornal A Sirene*, 2023).

No dia 17 de setembro de 2023, junto a uma colega do Gesta, acompanhei a tradicional Festa do Menino Jesus no território de Paracatu de Baixo. O festejo havia sido iniciado no dia anterior, quando foi celebrada uma missa e o mastro com a bandeira do Menino Jesus foi levantado. Bandeirinhas foram espalhadas para embelezar o território, ramos foram colocados na entrada da igreja, barraquinhas estavam disponíveis para vendas de guloseimas, o mastro com a bandeira do Menino Jesus estava fincado na área externa da igreja e um grupo de mulheres estava reunido na quadra indicando que o almoço seria servido após a finalização da missa.

É com muita alegria e emoção que participo aqui na comunidade de Paracatu de Baixo desta festa que já é uma tradição há muitos anos. É uma homenagem ao Menino Jesus através de manifestações populares como, por exemplo, a Folia, o Congado e outras formas de alegria. Nesse momento, agora que encerra a Eucaristia, a celebração da missa sempre desejada por todos, também é o momento em que a comunidade compartilha gratuitamente a refeição. Uma grande

refeição de alegria, de amizade. É um momento de paz para todos nós. (Padre Roberto. Jornal A Sirene, outubro de 2023).



Figura 3. Igreja Santo Antônio. Festa do Menino Jesus. Acervo Gesta, setembro de 2023.

Além dos moradores de Paracatu de Baixo, o festejo reuniu diversas pessoas das comunidades ao redor. A missa foi realizada na Igreja de Santo Antônio e ao som do Coral de jovens da comunidade conhecido como *Canta Comigo*. Além da Folia de Reis de Paracatu, o festejo também contou com a participação do Congado, da banda musical “Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus”, da comunidade de Padre Viegas, além da Dança de Fita de Monsenhor Horta e da Folia de Pedras. A festa estava bastante movimentada e animada. Acompanho as festas tradicionais no território desde 2017, e eu tive a sensação que a Festa do Menino Jesus de 2023 foi a mais parecida com o festejo antes do rompimento da barragem. Em meio às ruínas remanescentes que estão cobertas pela vegetação que cresce nos terrenos de uma forma geral, as pessoas celebravam e se divertiam. O território estava mais vivo do que nunca!



Figura 4. Festa do Menino Jesus. Acervo Gesta, 2023.

“E onde nós vamos levantar os mastros das festas?”

Era a Festa do Menino Jesus, realizada no território de Paracatu de Baixo. O calor não abafou o clima alegre do festejo. Havia muitas pessoas reunidas, logo eu percebi que não estavam apenas os moradores da comunidade. A mobilização para a festa contou com a participação dos moradores das comunidades vizinhas. Presenciei aquilo que, recorrentemente, eu escutava nos relatos dos atingidos, o circuito de reciprocidade entre os moradores das comunidades do entorno. Após a celebração da missa, o padre chamou à frente um morador do distrito de Cláudio Manoel. O morador anunciou a venda de blusas personalizadas com o objetivo de arrecadar fundos para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizada em seu distrito. Logo depois, Maria Geralda, coordenadora da Igreja de Santo Antônio, da comunidade de Paracatu de Baixo, agradeceu a todos pelas contribuições para que a Festa do Menino Jesus pudesse acontecer. Agradeceu ao Senhor Roberto, dono de uma mercearia em Monsenhor Horta, pela doação da bicicleta que foi destinada à premiação da rifa. Maria também agradeceu a doação de um bezerro e de duas galinhas que foram leiloados também em prol do festejo (Relato próprio, Festa do Menino Jesus, setembro de 2023).

Percebe-se uma teia de sociabilidade desenvolvida entre as comunidades em torno da religiosidade. Além da reciprocidade quanto à arrecadação de recursos e organização dos festejos, também é comum o trabalho comunitário em torno da própria construção da igreja. A autonomia dos moradores envolve trabalho comunitário que arrecadam fundos, constrói e cuida do lugar que é sagrado para as comunidades. Conforme o relato já mencionado nesse trabalho, a igreja “*é o lugar que nós usamos para tudo*”. Dessa forma, a igreja é um dos espaços mais importantes de sociabilidade, o que a torna um lugar essencial para a manutenção dos modos de vida.



Figura 5. Igreja de Santo Antônio. Maria Geralda agradecendo as contribuições.
Foto: Acervo Gesta, setembro de 2023.



Figura 6. Bezerro sendo leiloado. Foto: Acervo Gesta, setembro de 2023.

No entanto, os moradores de Paracatu de Baixo foram excluídos da elaboração do projeto arquitetônico da nova Igreja de Santo Antônio que está sendo construída no reassentamento da comunidade. Desde 2021, a pauta relacionada ao projeto da nova igreja é recorrentemente debatida durante as reuniões entre os atingidos e sua assessoria técnica, representada pela Cáritas Brasileira. A elaboração do projeto arquitetônico foi debatida exclusivamente entre a Arquidiocese de Mariana e a Fundação Renova. Os atingidos acionaram diversas vezes ambas as instituições para cobrar a participação na elaboração do projeto, mas foram ignorados. Após tentativas frustrantes de diálogo, em dezembro de 2021, o responsável pelo atendimento paroquial, aceitou participar de uma



reunião com os atingidos. Na ocasião, sem expectativas de mudança em relação à situação de isolamento dos atingidos no processo, o representante eclesiástico relatou que os projetos das igrejas de Paracatu de Baixo e de Bento Rodrigues seguirão o moderno padrão arquitetônico das casas que estão sendo construídas nos respectivos reassentamentos. Além disso, mesmo sem ter sido ao menos apresentado para as comunidades, os projetos das igrejas já haviam sido aprovados pela arquidiocese.

Em junho de 2023, por meio da insistência por parte dos atingidos, aconteceu uma nova reunião para tratar da temática. É importante sinalizar que os slides que acompanharam a apresentação do projeto da igreja estavam com a data de outubro de 2021, mas somente em meados de 2023 que foram, por fim, apresentados à comunidade. Ou seja, embora fosse uma demanda antiga dos atingidos, o projeto que foi apresentado já estava finalizado e definido há cerca de dois anos. Nesse sentido, Rm., atingido de Paracatu, questionou o motivo pelo qual a arquidiocese desconsiderou a participação da comunidade no processo de elaboração do projeto.

Para a apresentação do projeto, estava um representante da arquidiocese, e a assessoria técnica da arquidiocese, a empresa Práxis. Em meio aos questionamentos dos moradores presentes, uma atingida de Paracatu expressou que a exclusão da comunidade do debate sobre a construção da igreja na Nova Paracatu foi uma falta de respeito com eles. Outra moradora, L., refletiu que compreenderam que a igreja se tratava de propriedade particular, sendo assim, não pertencia mais a comunidade. Era de entendimento geral que a igreja pertencia à comunidade, “ao povo”, mas com a situação atual, deixou de pertencer.

Ao longo da reunião, os representantes advertiram que o “*espaço que sobrou foi para a igreja*”, desse modo, o espaço destinado à construção da nova Igreja de Santo Antônio foi o último a ser disponibilizado. Com efeito, a extensão do terreno foi menor que o espaço anterior onde está alocada a igreja no território “de origem”. Além disso, foi relatado que o projeto foi selecionado a partir da apresentação de três opções realizadas pela Fundação Renova, isto é, não houve uma elaboração autônoma por parte da arquidiocese.



Figura 7. Projeto da Igreja de Santo Antônio e Casa de São Vicente. Foto: Acervo Gesta, 2023.

A arquitetura da igreja foi bastante criticada pelos moradores. É importante ressaltar que as igrejas localizadas no município de Mariana acompanham a arquitetura colonial, que faz parte do processo histórico do lugar e, conseqüentemente, se integra à identidade dos moradores. Dessa forma, houve bastante estranhamento entre os atingidos ao se depararem com esse, defendido como moderno, projeto arquitetônico. Uma moradora logo indagou: *“está parecendo uma Igreja Batista”*. Ao associar o projeto à uma igreja evangélica, mostra que a familiaridade que a moradora tem em relação à arquitetura da Igreja Católica se distingue do projeto apresentado. Além da arquitetura ser completamente distinta da original, também não foi considerada a construção de artefatos importantes para a socialização do grupo, como é o caso dos bancos à frente da igreja. Logo na entrada da igreja original de Santo Antônio, havia dois bancos que frequentemente são mencionados pelos moradores como um lugar de descanso e interação entre eles, como mencionado na fala de A.:

Tinha um banco, na porta da igreja. E esse banco era assim, ele era um ponto de encontro, mas não era nada marcado não. Simplesmente sentava uma pessoa no banco, aí a gente já ia pra rua por algum motivo, por exemplo, eu chegava lá e a Sra. Izolina tava sentada no banco, eu ia e sentava junto com a Sra. Izolina, ali a gente ficava, daqui a pouquinho aparecia Lilia, aí Lilia sentava lá também, quando a gente via tinha uma roda. Tinha um monte de gente batendo papo invés de ir pra casa. (Moradora de Paracatu de Baixo. Lima, 2018).



Figura 8. Igreja de Santo Antônio antes do rompimento. Bancos em frente à igreja.
Fonte: Acervo Gesta. Foto: cedida pela comunidade.

A questão do espaço também foi algo questionado pelos atingidos durante a apresentação do projeto arquitetônico da nova igreja: “*e onde nós vamos levantar os mastros das festas?*”, a resposta para a pergunta da moradora foi algo óbvio, o espaço é realmente restrito. Desapontados, os atingidos posicionaram que teriam lutado por um espaço maior para a construção da igreja, caso tivessem sido chamados à discussão. Na mesma ocasião, uma moradora refletiu que a comunidade precisa se preocupar com a Igreja de Santo Antônio localizada no território de origem, “*não podemos deixar ela cair*”, disse ela.



Figura 9. Igreja de Santo Antônio, Paracatu de Baixo, antes do rompimento.
Folia de Reis e mastro levantado em frente à igreja.
Foto: Disponibilizada pela comunidade. Acervo Gesta.



Figura 10. Moradores realizaram o levantamento do mastro.
Festa de Santo Antônio, Paracatu de Baixo.
Foto: André Carvalho. Jornal A Sirene, julho de 2022.

Diante desse contexto, é importante reforçar que no território de origem o envolvimento dos moradores com a igreja era norteado pelo pertencimento, cuidado e tradição. Com efeito, o vínculo comunitário possibilitava a manutenção necessária para o funcionamento do espaço. Para isso, foi necessária a transmissão de saberes e conhecimentos que viabilizavam as arrecadações de fundos e a mobilização dos trabalhadores locais para efetivar as conservações necessárias. Em outra reunião, um morador pontuou: *“é uma falta de respeito da arquidiocese com a comunidade, pois quem cuida é a comunidade. Quem reformou a igreja de Paracatu foi a comunidade, com o dinheiro da comunidade e não da arquidiocese”* (morador de Paracatu de Baixo, reunião da CABF, maio de 2023). Entretanto, tendo em vista o novo padrão arquitetônico da igreja que está sendo construída no reassentamento, os conhecimentos em relação aos cuidados, manutenção e arrecadações poderão não ser mais aplicáveis. Como efeito, é possível que a comunidade adquira relações distintas com a nova Igreja de Santo Antônio, como expõe uma moradora de Paracatu de Baixo:

Eu quero ver a reação da comunidade no momento em que for chamada para ver a igreja no reassentamento. [...] A igreja somos nós, é o povo; Vai entregar quem essa igreja? Pra ela funcionar precisa do povo, não adianta colocar ela de pé. Nós estamos falando de uma igreja que é de uso coletivo, da comunidade, mas que nós não sabemos nada dela, *e se a comunidade recuar?* (M.G., morador de Paracatu de Baixo, reunião da CABF, maio de 2023. Grifos acrescidos).



Quando a moradora indaga: “*e se a comunidade recuar?*”, ela demonstra preocupação com a possibilidade da comunidade não se reconhecer no lugar e, então, não frequentar o espaço. Com isso, a decisão de isolar os moradores no processo de formulação do projeto arquitetônico da Igreja de Santo Antônio desconsiderou os vínculos intercomunitários articulados às manifestações culturais, ritos e suas tradições que estão ligadas à religiosidade que se mantém presente na comunidade. Assim, é possível que o grupo permaneça realizando suas práticas socioculturais, e consequentemente os vínculos intercomunitários, na Igreja de Santo Antônio no território de origem, pois conforme expressado na fala de uma moradora: *Nós já fomos donos da igreja, a de origem, mas a do reassentamento nós não somos donos* (moradora de Paracatu de Baixo, reunião de GT Paracatu, maio de 2023).

Considerações Finais

Na Paracatu de Baixo “de origem”, a Igreja de Santo Antônio exercia um papel fundamental para a comunidade enquanto um local de comunhão e de cooperação entre os moradores que se organizavam para sua reforma. Dessa forma, as festividades católicas representam um momento de encontro e fortalecimento dos vínculos entre os vizinhos e parentes, bem como entre as comunidades do entorno. Segundo Barbosa (2018), “na medida em que é instaurado o desastre, os sentidos da igreja são articulados, inicialmente através da luta pelo seu usufruto, mas, posteriormente, pela preservação das marcas de lama contidas em suas paredes que visibilizam os efeitos do desastre”.

Ao reafirmar sua identidade a partir das festas religiosas no território de origem, surge uma “nova gramática da resistência” (Zhour, 2019) capaz de transformar elementos da tradicionalidade em uma forma de demonstrar conhecimentos-chaves para o processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Tais elementos estão presentes, por exemplo, nas dinâmicas de preparação dos festejos e nos vínculos intercomunitários, no conhecimento tradicional que também envolve a reciprocidade para a arrecadação dos recursos em prol de um espaço sagrado para os comunitários. Além do apontamento dos espaços essenciais para as manifestações culturais presentes ao longo das festas e celebrações religiosas. Dessa forma, mesmo que em meio ao contexto adverso, a comunidade demonstra na prática elementos importantes para a recomposição dos modos de vida. Entretanto, em um contexto em



que suas condições de autonomia foram retiradas, é importante reforçar que os esforços dos atingidos em manter a tradição estão alicerçados na contínua dinâmica reivindicativa exigida pelos agentes protagonistas da reparação dos danos.

Portanto, embora o envolvimento que a comunidade tem com a igreja já fosse algo conhecido pela Fundação Renova e pela Arquidiocese de Mariana, os atingidos de Paracatu de Baixo foram impossibilitados de participarem do processo de construção do projeto da nova Igreja de Santo Antônio no reassentamento. Neste contexto, o descontentamento dos moradores perpassa pelos sentidos de lugar que transcende o aspecto exclusivamente religioso. A cooperação entre os moradores em prol de um espaço valioso para a comunidade é algo enraizado em suas trajetórias e está vinculada ao processo de pertencimento enquanto membros de Paracatu de Baixo.

Bibliografia

- ALMEIDA, W. B. *Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: Uso comum e conflito*. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Sr. Pl.: Ed. UNESP, vol. 2, 2009.
- BARBOSA, Ilklyn. *“Pra mostrar pra eles que nós precisamos é de lá, não daqui”*: rituais de resistência como novas formas de narrar e vivenciar o desastre no rio Doce. TCC. Curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- Boletim Informativo - *Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo: Múltiplos danos do rompimento da barragem de Fundão, Mariana, Minas Gerais*. Fev. 2019, nº 16. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2020/08/BOLETIM-16-PARACATUVERSAO-DIGITAL-COMPRI-MIDA-12.pdf>. Acessado em 19/11/2023.
- CÁRITAS e CABF. *Preservação dos territórios atingidos de Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão - Relatório 01*. MARIANA/MG - OUTUBRO | 2020.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. Cartilha: *Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia - Restituição*.
- GALIZONI, F. M. *Rural e Ruralidades: Reflexões para o Programa Nacional de Saneamento Rural*. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR: aspectos conceituais da ruralidade no Brasil e interfaces com o saneamento básico / Fundação Nacional de Saúde. – 1. ed. – Brasília: Funasa, 2021. 127 p. il. – (Série Subsídios ao Programa Nacional de Saneamento Rural; v. 1).
- GODOI, E. *Territorialidade: trajetórias e usos do conceito*. Revista Raízes, vol. 34 (2), 2014.
- JORNAL A SIRENE. Galeria de imagens. *Abrir caminho, guiar a água até o rio*. 23 de abril de 2018. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/galeria-de-imagens/2018/04/23/abrir-caminho-guiar-a-agua-ate-o-rio>. Acessado em: 02/01/2024.
- JORNAL A SIRENE. Cultura e Memória, Patrimônio. *As igrejas são o nosso ponto de apoio*. 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/patrimonio/2021/02/17/as-igrejas-sao-o-nosso-ponto-de-apoio>. Acessado em: 19/11/2023.
- JORNAL A SIRENE. Todas. *Festejar no território para manter a tradição*. 11 de outubro de 2023. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/todas/2023/10/11/festejar-no-territorio-para-manter-acesa-a-tradicao>. Acessado em: 20/12/2023.



JORNAL A SIRENE. Cultura e Memória. *Celebrar Santo Antônio em Paracatu é celebrar a verdade e a justiça*. 28/07/2023. Acessado em 04/01/2024

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Dano Ambiental, Dever de Informação, Oferta e Publicidade, Mariana*. Ação Civil Pública. Belo Horizonte, 07 de maio de 2021.

LIMA, K., T. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DOS BENS CULTURAIS IDENTIFICADOS NO TERRITÓRIO ATINGIDO EM MARIANA PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO. *RELATÓRIO TÉCNICO – HISTÓRIA*. Setembro de 2017. Pólen Consultoria Patrimônio e Projetos Ltda.

LIMA, M. M. “*Aqui não é o nosso lugar*”: efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de Baixo, Mariana/MG. Monografia. Curso de Ciências Socioambientais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

LIMA, M. M. de. *A reconstrução da vida interrompida pelo desastre do rio Doce*: o processo de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo, Mariana/MG. Dissertação (Mestrado). Mestrado Associado UNIMONTES-UFMG Sociedade, Ambiente e Território. Belo Horizonte, 2022.

MARQUES, T., BRITTES, J. *O processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, no rastro da lama da mineração*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcajpegglefindmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2720-1.pdf>. Acessado em: 02/01/2024

LITTLE, Paul F. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, nº 32. Brasília, 2002.

OLIVEIRA, R. *A Lama e suas Marcas: Neoextrativismo e seus Efeitos em um Contexto de Desastre*. In: Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena. 1ed. Belém do Pará: NAEA/UFPA, 2019, v.1, p. 201-214.

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. “*Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo*”: memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do desastre da Samarco - 2019. 186 f. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. v. 5, n. 10 (1992).

ZHOURI, A; VALENCIO, N; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; & SANTOS, A. F. *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*. Ciência e Cultura, v. 68, n. 2, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, A. *Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce*. Repocs, v.16, n.32, ago./dez. 2019.

ZUCARELLI, M. C. *A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.